

I PPLA 2008 | perguntas e respostas

Em agosto de 2008, a Ambiens Sociedade Cooperativa e apoiadores realizarão, no Museu Oscar Niemeyer – MON, em Curitiba, o Seminário PPLA - Política e Planejamento: economia, sociedade e território.

Para instigar os debates referentes ao tema do ano, Estado e Lutas Sociais: intervenções e disputas no território, a Comissão Organizadora convidou Wilton Borges, filósofo e agente da Comissão Pastoral da Terra para comentar sobre o tema: Lutas Sociais e Produção Social do Espaço.

1. Até que ponto a aproximação entre o planejamento (Estado) e os movimentos sociais não tem produzido uma participação dependente, ou seja, uma ação de acordo com os interesses e a lógica governamental?

A transformação das bandeiras populares e das demandas das organizações e movimentos sociais em políticas públicas foi sempre um desejo dessas mesmas organizações. Esse já foi um dos critérios de avaliação do trabalho desenvolvido por essas entidades. O problema, portanto, não é que o pleito popular seja adotado como política pública: isso é, inclusive, algo positivo. A questão é quando o governo (e não o Estado) torna essas demandas uma política governamental (e não, de fato, uma política pública) e passa a “controlar” a participação popular, canalizando as contribuições dessas organizações e fazendo com que elas sirvam aos seus interesses de manutenção do poder. Assim, além de corromper a perspectiva positiva de que essas demandas se tornem políticas públicas, o Estado passa a confundir a luta social reivindicatória (que é necessariamente conflituosa e tensa) com posturas paternalistas e dependentes que impedem a “oxigenação” dessas lutas. Trata-se de uma confusão sociológica entre o que é o Estado e o que é o Movimento Social: na medida em que Estado passa a ser entendido como governo (transitório e guiado por interesses próprios) e movimento social passa a representar e atuar em função de pautas que não são suas. Organizar um movimento social para que ele atue a favor de um governo é a perversão da democracia, já que esse regime exige e só se efetiva a partir da reivindicação histórica dos direitos, o que, como já disse, implica necessariamente conflitos e questionamentos.

A experiência democrática brasileira prova que o Estado não sabe lidar com essa força reivindicatória que vem da bases. Durante toda a nossa história, ou os governos se omitem, ignoram ou mesmo reprimem essas reivindicações ou, em outro extremo,

cooptam essas bandeiras, dando a falsa impressão de que são aliados dos movimentos sociais. Falsa impressão porque, obviamente, um governo age de acordo com os *seus* interesses e, enquanto os movimentos sociais estiverem sob o seu cabresto, então há diálogo e boas relações. Qualquer um que se erga com crítica ou questionamentos é tido imediatamente como indesejado. E, na conjuntura paranaense, se é verdade que governo e movimentos sociais estão, infelizmente, confundidos, é também verdade que há muitos indesejados. E esses continuam fazendo o papel não de “pacificar” as relações com o Estado, mas de cumprir o papel que lhe é próprio: cobrar, reivindicar, questionar. Ou isso, ou as construções magníficas em termos de direitos sociais que foram resultado das lutas populares, exemplos que sobram na história brasileira, serão substituídas por relações obscuras. Por último, é bom lembrar que esse tipo de prática que faz grupos sociais com interesses próprios pressionarem e se unirem às escuras com o governo, é o que de pior a política brasileira já produziu. Funciona com os fazendeiros que, entre quatro paredes, negociam despejos de sem terra, créditos financeiros e os mais variados benefícios. Funciona com os banqueiros que negociam conchavos para que seus lucros continuem altos. Infelizmente, ao invés de denunciar essas práticas, muitos movimentos sociais incorrem no grave erro de legitimá-las. Isso coloca em xeque o regime democrático, defendido aos quatro ventos como galardão da pátria.

| **PERFIL** |

WILTON BORGES

Filósofo e mestre em Direito pela UFPR, com dissertação sobre subjetividade camponesa. É professor de Filosofia e Ética e agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT/PR. É autor do livro *Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental*, São Paulo: Paulos, 2008. – (Coleção Ethos).



Ambiens Sociedade Cooperativa
Rua Treze de Maio, 778 – cj. 15
Curitiba | PR | 80510-030
(41) 3013-2160 | (41) 3013-2161 |
www.coopere.net/ppla